

ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES FEDERAIS PELA DEMOCRACIA E DIREITOS SOCIAIS

1º SEMINÁRIO PÚBLICO

06/07/2016

AUSTERIDADE CONTRA A DEMOCRACIA

REFORMAS MACROECONOMICAS E REGRESSÃO NOS DIREITOS SOCIAIS

PALESTRANTES

Pedro Rossi (IE/UNICAMP)

Fernando Rugitsky (USP)

João Sicsú (URFJ)

Flavio Tonelli Vaz (Congresso Nacional)

MEDIADOR

Silvio Caccia Bava (Le Monde Diplomatique Brasil)

Organização



LE MONDE
diplomatique BRASIL

Parceiros





**ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES FEDERAIS
PELA DEMOCRACIA E DIREITOS SOCIAIS**



AUSTERIDADE CONTRA A DEMOCRACIA
**REFORMAS MACROECONOMICAS
E REGRESSÃO NOS DIREITOS SOCIAIS**

PALESTRANTES

Pedro Rossi (IE/UNICAMP)

Fernando Rugitsky (USP)

João Sicsú (URFJ)

Flavio Tonelli Vaz (Congresso Nacional)

Registro editado da fala dos palestrantes

APRESENTAÇÃO

SILVIO CACCIA BAVA: Boa noite a todas e a todos! Queremos agradecer a presença de vocês aqui e também aos internautas que estão nos acompanhando. Sou Silvio Caccia Bava, do Instituto Pólis e do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*. Essas duas entidades são copromotoras desta iniciativa. Vou começar passando a palavra para Eduardo Fagnani, da Plataforma de Políticas Sociais, que vai nos dizer um pouco que iniciativa é essa.

EDUARDO FAGNANI: Boa noite a todos os presentes e aos que nos estão vendo pela internet!

O golpe é uma oportunidade para radicalizar o projeto liberal no Brasil. Trata-se de um projeto ultraliberal nos campos econômico e social e conservador no campo dos direitos humanos. Isso não passa pelo crivo popular. Esse projeto foi derrotado nas últimas quatro eleições e vem sendo tentado há mais de quatro décadas. Agora, com o golpe, é a oportunidade de finalmente consumá-lo.

No Brasil, eles não conseguiram radicalizar esse projeto na década de 1980, quando grande parte da América Latina o fez. No caso do Chile, tentaram pô-lo em prática nos anos 1990 na área econômica em muitos campos, com a abertura comercial financeira, o fim do monopólio estatal sobre os recursos naturais, a privatização das grandes empresas nacionais, o regime de meta de inflação, a meta de superávit fiscal, o câmbio flutuante, o Banco Central independente e outras medidas desse tipo.

Os ultraliberais tentaram novamente entre 2003 e 2005, mas esse processo arrefeceu com o crescimento econômico a partir de 2006. Agora

é uma nova oportunidade para terminar esse serviço da reforma do Estado. A ideia é privatizar tudo o que for possível. No campo macroeconômico existem projetos que tramitam no Congresso para dar autonomia jurídica de fato ao Banco Central, projeto para criar uma autoridade fiscal independente. Mas é sobretudo no campo social que as propostas são mais radicais: há uma agenda de reformas trabalhistas que representam um retorno ao começo do século XX – estamos retrocedendo a 1943, antes da CLT – e é proposto um corte substancial nas políticas sociais. Qual é a ideia? É rever o pacto social da redemocratização, acabar com a cidadania de 1988.

Várias medidas estão sendo propostas: uma delas, que vai ser discutida aqui, é a questão do teto, o limite das despesas governamentais. Estamos assistindo a um processo de destruição do Estado social e da implantação do Estado liberal. Estão destruindo todas as bases e as pontes para o desenvolvimento. É o impeachment do processo civilizatório. Está ficando cada vez mais claro que a cidadania social é um corpo estranho ao capitalismo brasileiro.

Em função desse quadro todo, a Plataforma de Política Social e o *Le Monde Diplomatique Brasil*, com a colaboração da ActionAid, do Fórum 21 e do Instituto Pólis, resolveram organizar este ciclo de seminários. Nós vamos realizar doze seminários até o fim do ano – dois por mês, um a cada quinze dias –, que tratarão de alguns desses temas, dessas ameaças.

Então começamos com este, que aborda a questão da austeridade contra a democracia. E continuaremos fazendo esse trabalho. Obrigado pela presença de todos e pela audiência de vocês.

Passo a palavra a Chico Menezes, que representa a ActionAid, uma das parceiras deste projeto.

CHICO MENEZES: Boa noite a todas e a todos! A ActionAid Brasil é uma organização que trabalha com o tema de direitos e do enfrentamento da pobreza e da desigualdade. Portanto, avaliamos que esta é uma iniciativa absolutamente necessária neste momento tão grave que estamos vivendo.

Este momento é de resistência, portador da necessidade de disposição de luta, mas também de construção e solidificação de argumentos para o debate público que está sendo travado. Eu penso que uma iniciativa como esta vai dar uma contribuição grande para aqueles que estão na luta.

Evidentemente, todos nós estamos bastante assustados com as perspectivas, mas acho que a resistência tem de ser mantida, o jogo está sendo jogado, as possibilidades de enfrentamento existem, e acredito que aqui vamos amadurecer questões absolutamente necessárias e centrais para poder fazer esse enfrentamento. Muito obrigado.

ANIVALDO PADILHA: Boa noite a todos e a todas. Primeiramente, “Fora, Temer!”. É com prazer que o Fórum 21 se junta à Plataforma de Política Social e ao *Le Monde Diplomatique Brasil* na promoção destes eventos e deste projeto. Um dos objetivos do Fórum 21 é exatamente promover o debate sobre os temas candentes da conjuntura na busca de respostas e de uma melhor compreensão do que está ocorrendo no meio desse nevoeiro que se abate sobre nós.

É muito claro para todos que o que está em curso no Brasil é um golpe, mas não somente um golpe na área econômica, e sim um golpe contra a democracia brasileira. Um golpe contra a sociedade de forma especial, contra a classe trabalhadora e aqueles setores mais vulneráveis da sociedade brasileira.

Caminhamos aceleradamente para a constituição e o fortalecimento de um Estado policial. Vemos sinais muito claros, evidências, desse Estado policial na nomeação de um general para a Funai; é muito sintomático. Colocar o Inbra sob a responsabilidade direta do presidente da República é uma volta também à ditadura militar. O ministro da Justiça, não precisamos dizer quem é... Caminhamos para o fortalecimento desse Estado policial no qual os direitos femininos, os direitos das comunidades quilombolas, indígenas, da juventude e todos os outros direitos que conseguimos conquistar nesse período correm sérios riscos de serem revertidos.

O esforço que está sendo iniciado hoje, com estes seminários, é muito bem-vindo. Eles podem realmente contribuir para uma compreensão melhor da situação atual e especialmente para a mobilização. Não adianta compreendermos o que está ocorrendo sem nos movermos. Sabemos que a reversão é muito difícil; a batalha no Senado é difícil. Tudo indica que a maioria dos senadores já formou sua opinião antes de qualquer debate, antes da apresentação da acusação, da defesa, mas ao mesmo tempo parece que há a possibilidade de reverter alguns votos.

Nossa luta principal é realmente nas ruas, e precisamos nos preparar para acumular de forças caso o impeachment seja confirmado, para que possamos lutar não mais simplesmente contra uma política neoliberal, mas contra um governo que é ilegítimo. Mesmo que seja confirmado o impeachment, a ilegitimidade desse governo vai permanecer. Nós temos de continuar desafiando esse campo e mobilizar os setores da sociedade que serão diretamente afetados por essas políticas que estão sendo implementadas.

SILVIO: Muito obrigado. Vamos desfazer esta mesa para, em seguida, darmos início ao seminário de hoje.

REFORMAS MACROECONOMICAS E REGRESSÃO NOS DIREITOS SOCIAIS

SILVIO: Eu quero chamar para a mesa nossos quatro convidados: Flávio Tonelli Vaz, Pedro Rossi, João Sicsú e Fernando Monteiro Rugitsky.

Estamos aqui reunindo quatro pesos-pesados de análise crítica da política brasileira, da macroeconomia. São pessoas que têm exercido por meio dos jornais, da mídia, um papel fundamental para aclarar as diferenças, as políticas que incidem sobre a economia e o que elas estão produzindo no Brasil de hoje.

O primeiro a falar é Flávio Tonelli Vaz. Ele é formado em Direito pela Universidade de Brasília, assessor técnico da Câmara dos Deputados, especialista em orçamentos e políticas públicas – um dos maiores da área – e integra a Plataforma de Política Social.

FLÁVIO: Boa noite a todos! Obrigado pelo convite.

O debate “Austeridade contra a Democracia” é muito preocupante; é uma agenda que nunca emergiria das urnas. A agenda que está sendo apresentada para a sociedade brasileira não conseguiria passar no crivo de nenhuma urna porque literalmente ela consegue aglutinar o que existe de mais atrasado do ponto de vista do estágio democrático e de direitos sociais que tentamos construir para a sociedade brasileira. Essa agenda torna impossível pensar o futuro, construir qualquer projeto.

A primeira questão que ela aponta é uma remodelação total no papel do Estado. É um desmonte da capacidade do Estado de intervir nos processos de produção e distribuição da riqueza. É a supressão de garantias de direitos sociais. Ela só consegue ser implementada se vier acompanhada de outra agenda de supressão

do conjunto de direitos e garantias gerais. É uma destruição paulatina na capacidade do Estado de prestar serviços públicos. Essa agenda busca criar nichos de intervenção obrigatória do mercado, basta ver o que o ministro da Saúde disse hoje – que é preciso plano de saúde barato para que as pessoas retirem encargos do SUS, quer dizer, desobriguem o SUS a prestar serviços públicos e gratuitos. É um adeus a qualquer projeto de desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho.

Esse é o cenário que está sendo construído por esse conjunto de medidas que estão sendo postas em prática. Mais do que implementar isso nos próximos dois anos, as medidas vão se impor aos próximos governos. Tais medidas não só destroem a capacidade do Estado de intervir, mas também colocam no texto constitucional limitações que tornam impossível que os próximos cinco presidentes, não importa o que as urnas decidam, façam diferente do que está sendo feito agora nesse governo de transição.

Essas mudanças eternizam uma maioria eventual porque modificam a Constituição, e mesmo que um projeto alternativo reconquiste metade da Câmara, metade do Senado, não é possível ter maioria para retirar isso da Constituição.

A economia gerada pela redução de gastos não será apropriada pela sociedade em forma de serviços públicos ou de direitos que possam ser demandados ao Estado. E o que o Estado arrecada não será devolvido à sociedade em forma de serviço público. O que esse conjunto de medidas planeja é uma grande desoneração tributária para consumir esse saldo positivo.

Eu fiz um comparativo saúde/educação do que teria acontecido nos últimos dez anos se eles tivessem aplicado as regras que propõem agora (o gasto social do ano anterior mais a inflação). A educação, em vez de ganhar quase R\$ 100 bilhões, teria ganho R\$ 24 bilhões; então é uma coisa para podermos compreender o que seria o orçamento do ano passado. A saúde, que ganhou pouco mais de R\$ 100 bilhões, teria ganho R\$ 58 bilhões. As perdas acumuladas são gigantescas e as perdas anuais, em percentuais, seriam absurdas. Esse é o modelo de desfinanciamento que esse governo interino pretende construir. E por que eu peguei esses setores? Porque são os únicos protegidos pela proposta de emenda constitucional (PEC) 241 e têm direito a elevar a inflação. Todos os outros não têm direito algum, vão ser controlados pela disputa locativa natural; se a Educação cresceu um pouco mais do que isso, alguém tem de perder...

Se você quer uma vacinação a mais para os idosos, cancele a das crianças. Não tem condição de você fazer as duas coisas; ou limita o público, ou limita o serviço. Então essa é a disputa que se avizinha.

Por que é importante esse debate? De 2005 a 2015, só os benefícios da assistência social, seguridade nacional, Previdência, Loas, Bolsa Família, FAT foram de 8% para 9,3% do PIB. Eles hoje representam em torno de 53% das receitas, mas se esse total de despesas tivesse sido vinculado pela inflação, pelo IPCA nos últimos dez anos, eles chegariam em 2015 com R\$ 307 bilhões, e não com os R\$ 552 que chegaram.

A redução nessa transferência direta de renda para as pessoas vai contra seu efeito multiplicador sobre o PIB, fora o efeito multiplicador disso sobre a cidadania. É uma redução brutal de cidadania, mas também uma redução brutal do que esse gasto público significou para não só a distribuição de renda, mas também para a própria economia.

A leitura que hoje se tem da seguridade social na Constituição é a de um conjunto integrado de ações para assegurar direitos. Esse é o texto constitucional sobre seguridade social. Disso aí, só vai restar um sistema para assegurar o superávit primário, porque o direito social não vai conseguir ser suportado.

Se analisarmos a Previdência, que é aquele conjunto grande de benefícios que está aí colocado hoje, em 2015 seus gastos foram de R\$ 550 bilhões.

As pessoas que recebem esse benefício têm direito à correção da inflação, e com as novas regras isso já ocupa toda a margem de expansão da despesa, ou seja, não se pode conceder nenhum benefício novo. Se a demanda por novos beneficiários for de 2% ao ano, em vinte anos teremos 48% que não serão atendidos, o que é uma compressão grande. Um novo aposentado só chega quando o outro morre, o pensionista morre, ou seja, nessa proposta o crescimento vegetativo é praticamente zero.

Ou não se dá ao aposentado o direito de reajuste inflacionário, ou não se pode garantir política de valorização do salário mínimo porque se empurra o gasto previdenciário para cima, porque ninguém pode ganhar menos do que um salário mínimo. Essa é uma situação complicadíssima.

A única maneira dessa equação dar certo é a volta ao modelo de exclusão da cobertura previdenciária. Na saúde significaria que, como a população cresce, se o gasto *per capita* somente for corrigido pela inflação, a universalidade, que é um aspecto importantíssimo dessa área, vai cair em termos reais porque será preciso trocar população por correção.

A população com mais de 60 anos é um gasto maior para a saúde e vai crescer 48% nos próximos vinte anos, então essas medidas propostas são uma coisa surrealista.

Na assistência social, manter esses benefícios essenciais corrigidos pela inflação significa

não ser possível descobrir na sociedade nenhum novo público-alvo. Por exemplo, no último ano tivemos a microcefalia – esse pessoal vai ter direito ao benefício da assistência social das pessoas com deficiência? Nos próximos vinte anos, quantos eventos, infelizmente, dessa natureza podem surgir? Então ou o benefício não será corrigido pela inflação, para compor um novo público-alvo, ou vão ter de suprimir o público-alvo.

Com relação ao seguro-desemprego e ao abono salarial, eles são indexados pelo salário mínimo, ou seja, ou não terão reajuste maior do que a inflação para o salário mínimo, ou não haverá como atender.

Como cumprir os demais papéis que o Estado hoje faz (da fiscalização sanitária, seguro-safrá, por exemplo)? Se na agricultura dobrar a área plantada, ou o seguro-safrá não poderá ser corrigido pela inflação, ou não cobrirá a área plantada.

Esse é o modelo que eles querem colocar na Constituição. O teto do gasto público é a maior de todas as reformas. Ela impõe várias outras e um remodelamento total do Estado brasileiro, de sua capacidade de intervir nas crises ou fora delas e principalmente na capacidade de construir cidadania.

SILVIO: Muito obrigado. Acabamos de ouvir Flávio Tonelli Vaz. Vamos passar para Pedro Rossi fazer sua intervenção.

Pedro Rossi é professor doutor do Instituto de Economia da Unicamp, diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon) e autor de vários artigos e publicações. Seu lançamento mais recente é o livro *Taxa de câmbio e política cambial no Brasil*.

PEDRO: Vou começar agradecendo o convite e expressando um sentimento mais geral, pessoal, na verdade. Passamos muito tempo discutindo detalhes, aceitando os termos do debate,

tentando influenciar, melhorar uma coisinha aqui, outra ali. Acho que passou dessa hora, acho que é hora de dizer que está tudo errado, que há uma estupidez no plano político, no que se faz hoje com a democracia brasileira, que é uma estupidez no plano econômico, com os projetos que estão postos aqui. Iniciativas como estas do seminário de hoje são canais fundamentais para fazermos esse debate, dizer essas coisas e tentar ganhar a opinião pública para o nosso lado. Por isso começo agradecendo muito o convite e dizendo que esta iniciativa é fundamental. Teremos um bom espaço para fazer uma discussão dos problemas brasileiros que não vai ser pautada por ninguém. Nós vamos pautar nosso debate e tentar ganhar a opinião pública com isso.

Dito isso, eu queria falar sobre austeridade, que é um tema muito bem escolhido, em minha opinião, porque sintetiza tudo de ruim no plano econômico. Precisamos enfrentar a austeridade, fazer o combate político e econômico. Na Grécia, na Europa em geral, as pessoas foram para a rua contra a austeridade, que virou uma bandeira de luta. Vai chegar um momento aqui no Brasil que nós vamos fazer isso também; a situação econômica vai estar tão catastrófica que iremos para a rua contra a austeridade. Então temos de começar a discutir isso desde já e formar nossa cabeça, pensar esse conceito de austeridade, o que ele significa, o que ele engloba e quais são as questões envolvidas.

A austeridade é basicamente uma política de ajuste da economia que usa como remédio a redução do Estado e dos salários. Isso é um conceito bem geral de austeridade que está sendo implementado no Brasil desde 2015 e deve ser aprofundado agora com esse governo.

A austeridade é um remédio da direita em tempos de crise e carrega todo o conteúdo ideológico do neoliberalismo. É um instrumento ideológico para a implementação de determinado projeto social, de um modelo de

sociedade que não é compatível com nossa Constituição, com nossos anseios, com nossos sonhos, é isso que é austeridade. E o pior de tudo: austeridade como remédio simplesmente não funciona, nunca funcionou ou funcionou em casos muito específicos, muito particulares de países pequenos que foram puxados por um *drive* exportador, que não é o caso brasileiro.

Do ponto de vista histórico, a literatura econômica tem uma fartura de artigos, teses e argumentos contra a austeridade, mas esta persiste como instrumento ideológico há mais de um século. Hoje, os principais economistas de direita do mundo já não compram esse argumento como compravam antes. O próprio FMI está descrente com relação à austeridade. Contudo, aqui no Brasil ela está na ordem do dia; é do que mais se fala. É o que está no discurso, na boca de todo mundo.

E como se fundamenta esse discurso da austeridade? Quais mitos foram fundamentando esse discurso? O primeiro deles, que na verdade não é nem um mito, é uma fábula, é a história da cigarra e da formiga. Outro dia um senador falou exatamente isso, que nós vivemos no Brasil um período de excessos e que é hora de entrar no período de sacrifícios – no fundo, é um argumento moralista. O Brasil viveu excessos de quê? De aumento de salários, de política social, de Bolsa Família, de investimentos, de fartura, e agora é hora de entrar no período de sacrifícios. E os sacrifícios exigem controle, todo o moralismo que carrega o argumento da fábula da cigarra e da formiga. E, para fazer o sacrifício, do que precisamos? Do ajuste fiscal e de toda a estrutura que dá suporte aos ajustes nos próximos anos.

Quando eu morava no Rio de Janeiro, havia lá no Largo da Carioca um sujeito que vendia um potinho com um líquido amarelo. Sempre havia muita gente em volta dele, rindo dele e comprando o potinho com o líquido amarelo, que ele dizia que curava todas as doenças possíveis: dor de cabeça, marido corno, tudo. Pois esse

remedinho amarelo é o ajuste fiscal na boca dos economistas de direita. É aquilo que cura tudo, problema de inflação, ajuste fiscal, problema de crescimento, ajuste fiscal, problema de desequilíbrio externo, ajuste fiscal, problema de competitividade, ajuste fiscal, ou seja, é um remédio para todos os males. Esse é o discurso que vivemos no Brasil hoje, que é o tal do mito da contração fiscal expansionista. Se você cortar gastos hoje, a economia vai crescer. O argumento teórico, absurdo em minha opinião, é que, ao cortar gastos, o governo vai sinalizar aos agentes que por um motivo (que não sei qual é) vão começar a consumir e a investir. Isso porque os agentes querem responsabilidade do governo e, aí sim, vão investir e consumir.

Esse discurso estava na boca do ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy, quando ele assumiu. Ele falou que iam passar confiança aos agentes, os quais iriam consumir, investir, e o Brasil ia voltar a crescer em um trimestre. Passou um trimestre e não aconteceu nada. Depois ele falou que no segundo semestre voltaríamos a crescer, aí passou e não aconteceu nada. Não, no ano que vem voltaremos a crescer... Aí ele caiu e o ajuste fiscal não deu certo porque o ajuste fiscal simplesmente não faz isso.

É a história da economia da dona de casa que constrói esse mito. Se vocês ouvirem um economista falando disso, podem chamar de picareta. O Estado não se comporta como uma dona de casa, é completamente diferente. Uma coisa é a dona de casa poupar porque não pode gastar mais do que recebe; outra coisa é o Estado. Imaginem se a dona de casa tivesse uma máquina de imprimir dinheiro. Faria sentido o argumento dela de poupar? Não. Imaginem que ela gastasse esse dinheiro, e ele voltasse para ela de alguma forma. Faria sentido o argumento da dona de casa? Não. Esse argumento não faz sentido, mas é repetido sistematicamente no debate público, inclusive o próprio presidente Lula já o usou para justificar o ajuste fiscal.

O empresário não investe porque o governo faz ajuste fiscal; o empresário investe porque tem lucro, porque tem demanda. Se ele olhar para a frente e vir que não existe demanda, ele não vai investir. Simples assim. Não é o ajuste fiscal que vai fazê-lo investir. Então nós caímos nesse conto do vigário, aceitamos esse tipo de argumento no debate público, todo mundo falando que era preciso fazer o tal do ajuste fiscal.

E entramos numa espécie de círculo vicioso da austeridade ou do “austericídio”: o corte de gastos gera queda no crescimento, a queda no crescimento gera queda na arrecadação, que por sua vez piora o resultado fiscal. Aí vinha um economista brilhante e dizia: “Bom, piorou o resultado fiscal. Temos de cortar mais gastos”. E estamos nisso ainda, o que na verdade é um absurdo.

O que temos de entender é que o gasto de alguém é a renda do outro. Se eu gastar aqui, alguém vai ganhar o dinheiro; se eu parar de gastar, alguém vai deixar de ganhar; se o Estado parar de gastar, milhões de pessoas vão deixar de ganhar. Ou seja, o déficit do Estado é o superávit do setor privado. O gasto do Estado é a renda do setor privado. Então não faz sentido, em plena recessão, o Estado parar de gastar.

Se todas as variáveis que movem a economia, o consumo, o investimento e a demanda externa estão paradas, caindo, despencando, a única variável capaz de puxar o crescimento, ou pelo menos atenuar a queda, é o gasto do Estado. Se o Estado passa a cortar gastos, é tudo caído, e é isso que está acontecendo no Brasil já há algum tempo.

E qual é a lição do nosso ministro Levy? Que a contração fiscal não é expansionista, e sim contractionista. Tenho um gráfico que adoro mostrar e que os economistas de direita odeiam ver. Ele mostra, nos últimos anos, duas variáveis centrais para a economia brasileira: a inflação e a taxa de desemprego. A inflação estava ali, sempre batendo o teto da meta, 6,5, um patamar relati-

vamente alto, entre 6 e 7; e o desemprego, que estava caindo até dezembro de 2014 e aí chegou a patamares mínimos históricos da série.

Em termos de mercado de trabalho, o Brasil ia superbem até o final do primeiro mandato do governo Dilma. Aí aconteceu uma virada na política econômica. Essa virada não foi só o ajuste fiscal; ela foi também um choque monetário, um enorme aumento de juros, que passou de 11% para 14%, e um choque de preços administrados, uma irresponsabilidade. Como se o preço de gasolina não fosse influenciar todos os outros preços em uma economia tão indexada como a brasileira. Como se o preço da energia não fosse fazer também aumentar o preço de tudo. E então disparou a inflação e o desemprego também. Esse é o resultado dessas políticas.

Isso não quer dizer que tudo ia maravilhosamente bem antes da virada na política econômica, pelo contrário, existiam vários problemas e fazíamos críticas sistemáticas à política econômica do governo. Agora, o remédio que foi escolhido na virada do primeiro para o segundo governo Dilma foi o pior possível, agravando a situação econômica brasileira, que se transformou numa recessão, e o crescimento muito baixo que vivíamos por vários motivos se converteu numa tremenda depressão, a maior desde a década de 1930. Isso ocorreu porque aceitamos o discurso em torno da necessidade do ajuste fiscal, um desses mitos que estou colocando para vocês. Então já passou da hora de desmontarmos esses mitos.

Então alguém vai dizer: o Brasil quebrou, acabou o dinheiro. Um colunista do *Estadão* escreveu isso, o que é outra estupidez que temos de denunciar. É uma estupidez ou porque o sujeito é completamente idiota, ou porque ele é completamente ideologizado e carrega isso como discurso ideológico. Por que é uma estupidez?

O Brasil quebrou na década de 1980 porque devia em dólar; quebramos de fato porque

não emitimos dólar, aí fomos até o FMI pedir dinheiro, e ele impôs um monte de condicionais para nós, que as aceitamos e fomos tocando a economia.

Cadê o FMI hoje, pergunto a vocês. Não precisa de FMI, nosso setor público tem ativos em dólar, não tem nenhuma necessidade disso, nós não quebramos nem vamos quebrar. A dívida pública gera vários problemas? Sim, mas o Estado não é insolvente; o Estado tem a máquina que faz dinheiro; o Estado tem títulos que são aceitos, então vamos parar com essa história de que o Brasil quebrou, de que o governo é insolvente.

Então alguém vai dizer que a dívida é muito alta. Mas qual é o critério para alta? A dívida brasileira é tão grande assim? Em 2015, dados do FMI, a dívida brasileira era 69% do PIB. Há países com dívidas menores – Argentina, Chile, México –, mas outros com dívida muito maior. Qual é o critério? Qual é o padrão? Nenhum economista se arrisca a dizer que existe um patamar ótimo para a dívida pública.

O fato é que não existe um patamar adequado para a dívida pública. O Japão tem 248% do PIB em dívida. Por que no Japão isso não é um problema tão grave e no Brasil isso é um problema enorme? Podem argumentar que o problema não é o tamanho da dívida, e sim a trajetória. Se for uma trajetória muito explosiva, teremos um problema. Mas, se olharmos a situação brasileira entre 2007, que era o ano anterior à crise internacional, e 2015, a dívida foi de 64% para 69% do PIB. Outros países também viveram isso, às vezes de maneira muito mais intensa. A Argentina foi de 44% para 56%; a França, de 64% para 97%; o Japão teve 65% do PIB de aumento da dívida entre 2007 e 2015. Por que nossa situação fiscal é tão catastrófica assim para justificar toda a bagunça que eles estão fazendo em nossa economia?

Estou dizendo que não existe esse problema com a dívida pública. Também não existe a

tal da farrá do gasto público. O gasto cresceu de fato, tem crescido acima do PIB; a receita também cresceu em determinado momento, mas a queda do crescimento econômico derrubou as receitas, que são muito mais sensíveis ao ciclo. Então, quando cai o crescimento, a receita vai cair, vai abrir um espaço fiscal, isso é um fato. Aí você aplica um remédio amargo para a economia, mas não houve ganância federal.

Do ponto de vista dos bodes expiatórios da crise, tomemos o funcionalismo público. O governo Dilma não aumentou o gasto com o funcionalismo público, ficando em 0,2% o gasto com o pessoal. O que houve de fato foi um aumento do gasto com os benefícios sociais, que é uma escolha social, democrática, pactuada na Constituição de 1988.

E já caminhando para o fim vou mostrar um exercício que começamos a fazer agora e revela o impacto da PEC 241 que Flávio mencionou. O que é a PEC 241, recuperando a fala dele? É o estabelecimento de um teto, ou seja, de um padrão para o comportamento do gasto do governo federal.

Flávio mostrou para trás e eu estou mostrando para a frente. É uma projeção com algumas suposições, por exemplo, de que o PIB vai começar a crescer 2,5% a partir de 2018. E o que vamos ter? O total do gasto federal vai caindo ao longo do tempo em percentual do PIB, no infinito; quando o PIB for crescendo, o Estado acaba – é exatamente isso que está proposto nessa PEC.

Se vocês olharem o total, em dez anos o gasto federal, que é 20% do PIB, passou para 16% e depois foi para a casa dos 13% em vinte anos. Ou seja, se esse projeto for levado adiante, o governo federal vai diminuir o gasto público de 20% para 13% do PIB em vinte anos.

O que significa isso quando olhamos a composição do gasto? O governo federal hoje gasta em torno de 20%, dos quais 8% ou 9% são Previdência e os outros 12% são todo o resto (saúde, educação, Judiciário, setor militar etc.).

Tomemos a Previdência: por mais que a reformem, não se pode impedir que a população envelheça, então o gasto com ela vai continuar estável ou aumentar um pouquinho. Digamos que passe a 10% em vinte anos. Isso significa o quê? Que só vai sobrar aquele pouquinho para saúde, educação e todo o resto. Isto é, vamos ter de privatizar nosso Exército, nosso Judiciário... Simplesmente não dá, não funciona.

Esqueçam nossas ambições de uma saúde universal de qualidade, uma educação universal de qualidade com esse tipo de PEC encaminhada por Henrique Meirelles e Michel Temer. Eles basicamente estão dizendo o seguinte: vamos construir uma casa começando pelo teto e só vamos discutir o que vai caber dentro dela considerando o teto. Em outras palavras, o projeto de sociedade vai ter de caber naquele projeto de limite fiscal. Nosso projeto de sociedade não cabe ali, só cabe um projeto de Estado mínimo. A PEC 241 é rigorosamente contra uma saúde e uma educação universais de qualidade, serviços públicos de qualidade. Nossos direitos não cabem nesse projeto. Então não temos mais nada a fazer senão ir para as ruas e lutar contra isso, discutir entre nós, aprimorar esses dados etc.

O projeto de Estado mínimo que vai ser encaminhado ao Congresso daqui a pouco é absolutamente incompatível com a Constituição de 1988; é rasgar a Constituição de 1988.

Para terminar, acho que temos dois planos de luta igualmente importantes. Um é a democracia, é a luta contra o golpe mesmo. Independentemente do que acontecer, vamos continuar denunciando esse governo ilegítimo, antipopular, antidemocrático, e pedindo como agenda positiva uma reforma política. O outro plano tão importante quanto esse é a luta contra a austeridade e contra esse projeto de sociedade que está sendo proposto no pacote da austeridade. Temos de fazer um combate frontal a esse projeto, mas também propor uma agenda positiva. É claro que há alternativas, muitas alternativas.

Podemos discutir muita coisa em que caiba nosso projeto de sociedade.

Não somos contrários a discutir o gasto público. Muita coisa no gasto público tem de ser melhorada, mas queremos discutir também a tributação, o gasto com juros; tudo isso é uma discussão fundamental que podemos fazer aqui. Precisamos debater as isenções de impostos para setores da economia. Então acho que esse projeto que está sendo inaugurado hoje é fundamental para tocarmos esse debate e essa luta contra o golpe político e contra a austeridade. Muito obrigado.

SILVIO: João Sicsú é professor doutor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e veio especialmente do Rio para esse debate. Além disso, é organizador de vários livros sobre a macroeconomia do emprego e da renda, foi diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea de 2007 a 2011. Vamos ouvi-lo agora.

JOÃO: Boa noite a todos e a todas! Queria agradecer o convite de todas as organizações que estão promovendo o evento e dizer que podemos inaugurar agora, não só a partir deste evento, mas de todo o movimento que tem ocorrido no Brasil, algo que é necessário, que eu penso que não foi feito nos últimos anos, nas últimas décadas, e que acho que é responsável pelo momento que estamos vivendo. Penso que faltou aos setores progressistas e de esquerda no Brasil um projeto de sociedade.

Sempre disputamos eleições e sabemos disputar eleições porque grande parte da militância aprende isso em seu dia a dia, no movimento estudantil, no movimento sindical, então eu diria que esse campo é muito bom de eleição, mas nem tanto de governo, porque nunca construiu um projeto. Esse campo se preocupava pouco em construir um projeto, pois o mais importante sempre foram os processos eleitorais.

Hoje se diz que tinham um projeto, mas a correlação de força foi desfavorável etc., porém eu nunca conheci esse projeto. E nunca vi, na verdade, o enfrentamento político para esse projeto ser colocado em prática.

Quero discutir austeridade dessa ótica, de que nunca tivemos um projeto de Estado e de sociedade para governar o Brasil. A ideia de austeridade não é recente, não é do presente, não é desse governo interino, ilegítimo, que hoje está no Brasil.

Na verdade, esse campo progressista e de esquerda começou em 2003 com esse discurso. Naquela época, o nome ainda não era austeridade, mas as práticas já eram. Naquele ano, o iniciou elevando drasticamente a taxa de juros, aumentando o superávit primário. Isso mostrava que não existia um projeto porque as pessoas não votaram nesse campo de esquerda e progressista para, em seu primeiro dia, o governo elevar a taxa de juros, compor uma equipe econômica completamente conservadora e fazer superávit primário voluntariamente.

Naquela época tínhamos um acordo com o FMI, que propunha em suas condicionalidades para fazer empréstimo ao Brasil que se fizesse 3% de superávit primário. Nós fizemos 4,25%! Isso significa tirar das políticas sociais para fazer superávit primário, ou seja, para pagar juros já de cara em 2003.

Havia debate interno no governo? Havia. E na sociedade? Havia. Mas isso mostrava que, de fato, nós não tínhamos um projeto. Na época, o presidente do BNDES, Carlos Lessa, começou a dizer que estava tudo errado, e o então ministro da Fazenda respondeu que quem mandava na economia era ele e que ia haver ajuste fiscal, sim.

Então não havia projeto algum desde 2003 até os dias de hoje. Fomos no pragmatismo, tateando, acertando e errando, e tivemos sorte, competência também, mas muita sorte.

Eu diria que a primeira sorte que tivemos foi com o caseiro que derrubou o ministro da Fa-

zenda no fim de 2005. Aquilo foi o que mudou na verdade o rumo desse governo, senão poderíamos estar até hoje naquele tom do projeto de 2003. Tivemos muita competência realmente para poder dar uma virada de 2006 para 2007, entretanto isso foi resultado do pragmatismo, não de um projeto.

Demos uma boa virada de fato, de 2006/2007 até 2010. A economia estava crescendo, acelerou sua taxa de crescimento, as *commodities* tinham um preço internacional favorável, mas isso não é uma questão determinante. Muita gente fala que o crescimento do período 2006/2007 a 2010 tem a ver com a calmaria internacional, com o cenário internacional favorável, que hoje não existe mais isso etc. Isso é uma grande bobagem, porque vivemos em 2008/2009 a maior crise que o capitalismo já enfrentou. Então não tem nada a ver usar a calmaria no cenário internacional para explicar os sucessos que tivemos de 2006/2007 até 2010.

Houve na verdade uma mudança de orientação de política econômica e radicalização das políticas sociais como resultado de pragmatismo. Foi isso, pragmatismo puro, e realmente foi uma política exemplar dentro das restrições econômicas, políticas que todos nós aqui conhecemos daquele período.

Tudo ia muito bem, mas se resolveu que tínhamos de mudar. Em dezembro de 2010 foram adotadas as tais medidas macroprudenciais, para apertar a liquidez, o crédito e os juros, e começou-se a aumentar a taxa de juros até agosto. Em 2011, o governo federal fez um megassuperávit primário, o maior de sua história. E tudo passou a ser desacelerado em 2011: os investimentos das estatais caíram, os investimentos diretos da União começaram a diminuir, os aportes aos bancos públicos foram se reduzindo, tudo com a ideia de que talvez já tivéssemos feito muito por esse caminho.

E começou a dar tudo errado em 2011: a economia desacelerou rapidamente, mas não

houve nenhuma crise internacional que explicasse a queda de 2010 para 2011. Em 2009, a economia cresceu 7,5%; em 2011, cresceu pouco menos de 3,5%.

A tal da crise, muito citada nas eleições de 2014 como um bom argumento político para o debate, chegou ao quarto trimestre, o último trimestre de 2011, quando a economia brasileira estava toda desacelerada. Então a economia internacional desacelerou, e nós aqui já estávamos com o pé no freio. Aí de fato a economia desabou, diferentemente de 2008 e 2009, quando estávamos acelerando a economia aqui, houve uma crise internacional e aceleramos ainda mais quando enfrentamos a crise de 2009.

Só para lembrar, a primeira medida anunciada no fim de 2008 foi a redução do superávit primário, anunciada pelo ministro Paulo Bernardo. A taxa de juros, que era dura de cair com Meirelles e realmente foi atrasada, começou a cair em janeiro e, quando a crise começou a se manifestar, em setembro de 2008, caiu 5 pontos percentuais. Caiu de 13,5 para 8,5 em um ano de crise. O governo aumentou seu investimento, o investimento das estatais – Petrobras, Eletrobras –, o gasto social em 10% em termos reais de 2008 para 2009, e olhamos para 2011, 2012 etc.

Aí o governo aumentou o superávit primário, elevou a taxa de juros... Todos os caminhos diferentes de 2008/2009, totalmente diferentes. Na verdade, tudo o que foi sugerido pelos economistas conservadores em 2008/2009 nós não fizemos, mas fizemos em 2011/2012, e deu no que deu.

O desemprego não tem essa influência toda da queda do preço das *commodities*, do cenário internacional. Não tem pelo simples fato de que há aqui um enorme mercado de consumo, e milhões de brasileiros estão fora desse mercado. É uma balela essa historinha de dizer que o modelo Lula se esgotou, que era um modelo do consumo, das famílias endividadas. Na verdade, o segundo governo do presidente Lula foi o go-

verno do investimento público e privado, não teve nada a ver com o governo do consumo; foi a maior fase desse período democrático de alto do investimento público e privado. É óbvio que tem de haver consumo, porque sem consumo não há investimento. Querem ver investir sem haver consumo? Então é importante valorizar o consumo, mas a melhor fase de investimento da fase democrática do Brasil, investimento público e privado, foi de 2007 a 2010. Essa foi a era do investimento, não a era só do consumo.

E nós temos 40 milhões de pessoas que estão fora do mercado de consumo – é muita gente para incorporar nesse mercado. O discurso que se comprou é que nós tínhamos de demonizar gastos de custeio, que consumo não vale nada, o que vale é investimento, investimento, investimento. Isso é uma balela que começou a ser retomada em 2011 e foi dando no que deu.

Agora, não houve um momento de enfrentamento, em que o governo da presidenta Dilma tentou reduzir a taxa de juros Selic e depois foi obrigado a elevar a taxa de juros novamente. O projeto de 2011 era apostar tudo no setor privado e começar a desanimar o setor público. Isso desde 2011 é assim – aquele Plano Brasil Maior, do BNDES, é exatamente isso, é tudo de desoneração, taxa de juros subsidiada etc., para o setor privado num momento de crise, o que é uma bobagem total, uma burrice alguém querer desonerar o setor privado e reduzir taxas de juros para o setor privado num momento de crise, pensando que este vai investir quando ele olha para o futuro e vê a economia esfriando.

O erro foi desonerar o setor privado, torcendo para o setor privado investir, quando quem tem de investir num momento de crise, mais ainda e gastar muito, inclusive gasto de custeio, é o governo.

A redução da taxa de juros Selic estava dentro dessa ideia de reduzir toda a estrutura de taxa de juros e o custo empresarial, que os liberais intitulam custo Brasil e o governo mu-

dou de nome, chamando isso de melhorar a competitividade da economia brasileira. É uma iniciativa de fazer o que puder pelo setor privado para reduzir custos e, assim, este possa reagir, investir etc.

Pode-se até fazer isso, reduzir impostos do setor privado, mas quando a economia está crescendo, e não quando está desacelerando. Fazer isso com a economia desacelerando é transferir riqueza de toda a sociedade para empresários e banqueiros, que nesse caso não foram desonerados, mas as empresas foram.

Quando começou a reduzir a taxa de juros, o governo imaginou o seguinte: os empresários vão ficar do nosso lado, os banqueiros vão ficar contra. Óbvio que não. Todas as empresas têm um departamento enorme financeiro e de planejamento tributário, estão todas cheias de títulos da dívida pública. Falaram para a presidenta Dilma: pode abaixar os juros do BNDES, queremos a desoneração, queremos que se reduzam as tarifas de energia elétrica, tudo isso, menos a Selic. Essa história de que empresários e governo ficaram de um lado, e banqueiros, do outro, e estes últimos venceram, isso é uma bobagem. Na verdade, todos que ganham com títulos da dívida pública, que são grandes empresas e bancos, ficaram contra e dobraram essa medida. Eles falaram que não queriam a taxa Selic mais baixa; que abajassem todas as outras, menos essa. Portanto, essa redução da taxa de juros não fazia parte de uma concepção de enfrentamento, e sim de uma concepção de melhoria da competitividade da economia brasileira, que os liberais sempre chamaram de reduzir o custo Brasil.

Existe uma total coerência de 2011 a 2015. Em 2015, o ministro Levy foi chamado lá para fazer o quê? Política expansionista, tributar grandes fortunas etc.? Não, era para fazer o que Guido Mantega já estava fazendo, mas tinha de ter um representante legítimo. Levy caiu não porque estava dando tudo errado, e sim porque ele

estava na política de corta-corta, não tinha uma política estrutural. Quando Nelson Barbosa assumiu como ministro da Fazenda, mandou para o Congresso Nacional uma reforma fiscal muito pior do que a que Levy vinha aplicando, porque esta última era conjuntural, fazia, podia desfazer, mas aquela, não. Barbosa mandou para lá uma reforma fiscal com limite de gastos etc., depois que já havia começado o processo de impeachment. Então existe uma concepção de redução da participação do setor estatal e de estímulo ao setor privado. E isso deu que resultado? Desemprego, redução dos programas sociais, desaceleração econômica, insatisfação generalizada.

Duvido que aconteça o que aconteceu numa economia como a do ano de 2010. Quando se faz desaceleração econômica do jeito que foi promovido aqui no Brasil, as consequências podem ser políticas – nem sempre são, mas podem ser –, como foram aqui no Brasil.

A grande resposta ao princípio de uma crise política grave, como em 2005/2006, foi exatamente a recuperação da economia, que não vinha pelas políticas econômicas, mas pelo salário mínimo e pelo crédito consignado. A economia vinha se recuperando por esses canais, e então houve um princípio de crise política grave – chegou a se falar de impeachment etc., o que não foi em frente porque existia um processo de recuperação econômica. Agora, quando você desacelera a economia brasileira como se desacelerou, o campo fica completamente fértil para crises políticas.

Uma questão é central: o limite de gastos do governo. O governo não sabe o que faz com isso, porque, ao colocar isso em prática, perde alguma possibilidade de ter apoio social, perde base parlamentar, ganha apoio no sistema financeiro. O melhor momento para fazer isso esse governo ainda não decidiu, mas parece que está totalmente empenhado nessa tarefa, a qual joga tudo para baixo, inclusive a economia.

Esse modelo, de meu ponto de vista, não produz crescimento. Então, se o governo vai ter limites de gastos, vai deixar o câmbio valorizar, vai deixar a taxa de juros lá em cima, não vai dar para haver redução do desemprego, crescimento econômico etc. Então essa PEC de limitar gastos é a principal questão. O que se pretende com essa proposta é colocar na prática uma visão de Estado e de sociedade.

Foi inventada uma série de regras. Imagine limitar gastos do governo pela variação de índice de preços do consumidor. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. O governo compra vacina, constrói ferrovia, sei lá..., e diz que isso está relacionado com o preço do chuchu, da cebola do ano passado? Uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas foi inventada uma regra para limitar os gastos, essa é a ideia. Quando se limitam os gastos, há, a partir daí, um vale-tudo na saúde, na educação, na maioridade penal, no aborto etc. Vale-tudo porque não vai existir mais Estado, essa é que é a história; não há mais Estado nessa política, e isso vale para qualquer área se essa proposta de fato for implementada, e acredito que vai ser.

Esse governo interino fez uma jogada muito interessante este ano: colocaram uma meta de superávit de déficit de R\$ 170 bilhões. Deram uma folga enorme para gastar este ano, pois não vão conseguir gastar os R\$ 170 bilhões. Vão pagar todos os votos golpistas, vão fazer tudo que há para fazer este ano, vão colocar as obras que estavam paradas para andar, vão dizer que esse governo funciona, que o governo anterior não funcionava e, como não vão conseguir gastar tudo, vão sair como eficientes, como aqueles que cumpriram a meta e ainda economizaram mais de R\$ 10 bilhões, R\$ 15 bilhões ou R\$ 20 bilhões, porque não vão conseguir gastar R\$ 170 bilhões.

No momento em que se colocar essa PEC em prática, será o desastre. E existem algumas regrinhas para os poderes que descumprirem a meta: descumpriu a meta, tem de fazer o ajuste

no ano seguinte. E o ajuste é em cima de quem? Do funcionalismo público. Quem vai pagar pelo gasto do ano anterior é o funcionalismo público, com suspensão de concursos, promoções, chegando aos salários. Aliás, por falar em salários, essa proposta também estava na reforma que Nelson Barbosa mandou recentemente, já no período do impeachment – os tais gatilhos que atingiram o funcionalismo público. Felizmente, quem está implementando essa política não são mais aqueles que são nossos aliados, mas eu diria que o tom da prosa mudou pouco em termos de política fiscal.

Em termos de política monetária, mudou nada; em termos de política cambial, o governo anterior estava louco para fazer uma valorização cambial, tal como esse está fazendo. Realmente, dos outros lados, das outras partes todas que são importantíssimas, é um grande atraso, e a lista é esta: criminalização de qualquer tipo de aborto, redução da maioridade penal etc. Aí é um desastre. Em alguns campos, porém, eu diria que as coisas são muito semelhantes às que estavam acontecendo, e eu já me opunha desde 2003 a esses atrasos, independentemente de quem estava no governo, e continuo agora fazendo a mesma coisa.

Nós temos de combater essa ideia de que gasto público é algo negativo, algo ruim, principalmente gasto de custeio. Temos de acabar com essa ideia de que gastar é ruim; pelo contrário, gastar é muito bom. O governo tem de gastar, tem de fazer política social, fazer investimento, mas tem também de fazer muito gasto de custeio. As pessoas têm medo de defender essa ideia. Tem de fazer gasto de custeio, sim, porque o governo, quando constrói universidade, depois tem de pagar professor, financiar pesquisa, comprar material, e tudo isso gera emprego. Quando o governo gasta de um lado, há renda de outro, então é preciso deixar de demonizar gasto de custeio, que inclusive resolve rápido os problemas da economia.

Quando se faz um gasto de custeio, com compra de material escolar, por exemplo, do outro lado existe alguém que produziu esse material e gerou emprego e renda. Você vai fazer investimento, faz licitação, junta um montão de dinheiro, garantias, projetos, e daqui a três anos começa a dar algum fruto para a economia. O gasto de custeio dá resultado imediato. Por isso, um estudo do Ipea mostra que um grande multiplicador é o Bolsa Família, porque quem recebe gasta tudo em um prazo muito curto. Não sei por que os empresários são tão contra o Bolsa Família se o dinheiro vai parar todo na mão deles imediatamente. Ninguém que ganha Bolsa Família ou salário mínimo na Previdência Social viaja para Nova York, compra títulos públicos, ações, carros importados, nada disso; compra alimentos, vestuário, gás. Então quem ganha salário mínimo da Previdência Social ou Bolsa Família na verdade só repassa o dinheiro diretamente para a mão dos empresários.

Eu diria que o enfrentamento é importante, mas também é importante a construção de um projeto de Estado e de sociedade para que não façamos os erros no futuro que cometemos nesse passado. Acertamos muito, mas também erramos, e não podemos errar de novo. E, para não errarmos, acho que a grande vacina é termos um projeto, chegarmos ao governo e pensarmos se vamos fazer superávit primário ou não, se vamos tributar fortuna ou não, se vamos fazer isso ou aquilo. Temos de ter um projeto que precisa ser construído desde já. Eu penso que existe acúmulo, mas não foi transformado em um projeto, e podemos fazer isso neste momento histórico. É isso.

SILVIO: Muito obrigado, João Sicsú. Foi excelente! Vamos agora ouvir Fernando Rugitsky.

Fernando Monteiro Rugitsky é doutor em Economia pela New School for Social Research, nos Estados Unidos, pós-doutorando na Faculdade de Economia, Administração e Contabi-

lidade da USP, pesquisador e associado do Núcleo de Direito e Democracia do Cebrap.

FERNANDO: Boa noite, gente! Em primeiro lugar, quero agradecer muito o convite. Acho que esta iniciativa é muito importante e mais uma de um monte que estamos vendo em nossa sociedade neste instante. Estamos em um momento não só de resistência, mas acima de tudo de rearticulação. Cada conversa, cada reunião, cada momento que a gente tem para discutir entre nós é fundamental para essa rearticulação, porque esse projeto vamos ter de construir de baixo para cima e precisamos estar juntos para isso.

Meus colegas que me antecederam já falaram muitas das coisas que eu tinha para falar, então vou caminhar um pouco mais rápido na discussão da PEC 241, que estabelece teto para os gastos primários, e falar um pouco de desigualdade e democracia. Se a fórmula desse evento é austeridade contra a democracia, que no fundo é a estratégia do governo interino, vamos falar um pouco agora de democracia contra a austeridade.

Primeiramente, “Fora, Temer!”. Já falaram isso, mas nunca é demais.

Por que estamos falando de ajuste fiscal e de austeridade? De onde que vem isso? Acho que o momento é de esclarecimento, porque economista adora ficar fazendo pirotecnia com os números em vez de esclarecer o debate público. E uma das funções que a gente tem aqui é trazer um pouco de concretude para o que se fala.

Estou usando os dados elaborados por Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair, pesquisadores do Ipea. Eles calcularam no fim do ano passado que o superávit primário do governo (União, estados e municípios no Brasil), entre 2000 e 2011, ficou sempre acima de 3%. A exceção foi em 2009 e 2010, com a política anticíclica para tentar amenizar o impacto da crise internacional, mas em 2011 já voltou para 3%.

Nos dois governos Lula, inclusive no primeiro ano do governo Dilma e no fim do governo Fernando Henrique, a trajetória do endividamento público estava caindo com superávit de 3%. Antes só se avaliava a dívida líquida, mas, como esta estava muito baixa, o mercado resolveu que o importante era a dívida bruta, porque era maior e dava para aparecer mais assustador.

A trajetória do endividamento, seja dívida líquida, seja dívida bruta, estava caindo com superávit de 3% e caiu até o começo do primeiro governo Dilma.

Uma das coisas importantes foi que nós tivemos um avanço muito grande da formalização do mercado de trabalho, com muita gente saindo da informalidade e se registrando, conseguindo emprego com carteira assinada, o que aumentou muito a base de tributação. A receita crescia então em média 6% ao ano e a despesa cresceu em média 7% ao ano. Parece que esta última estava crescendo um pouco acima da receita, mas essa média é um pouco distorcida para 2009/2010, pois elas estavam crescendo basicamente juntas (receita e despesa) no governo Lula.

O que aconteceu no governo Dilma? No primeiro governo, a despesa caiu ou desacelerou dessa média de 7% para 5%. A taxa de crescimento da despesa primária no governo Dilma foi de 5% ao ano. O problema é que a receita que crescia em média 6% ao ano, taxa de crescimento real, começou a crescer 3% ao ano. É justamente a desaceleração econômica que ocorreu no primeiro governo Dilma que fez despençar as receitas, claro, junto com as desonerações e um monte de políticas desastrosas. Esse primeiro governo Dilma é muito complicado, muito questionável, muito antes da catástrofe que foi o anúncio do Levy no fim de 2014.

Nesse primeiro governo Dilma, a desaceleração econômica, seja de onde que ela tenha vindo, derrubou a receita e fez com que o superávit primário, que ficou por 12 anos acima de 3%, virasse um déficit de quase 1% em 2014, dé-

ficit o ano passado, déficit este ano e provavelmente déficit ano que vem. Por isso a trajetória do endividamento começou a subir.

A saída desse governo interino ilegítimo é a PEC 241, chamada de novo regime fiscal. A partir do momento em que ela for aprovada, os gastos primários vão ficar no mesmo nível do gasto de 2016, corrigida apenas a inflação, com crescimento real zero.

Notem: o crescimento real da despesa, que foi de 6,1% no primeiro governo Lula, 7,9% no segundo governo Lula e 5% ao ano no governo Dilma, vai para zero. Esta é a proposta: zero.

O texto da exposição de motivos dessa PEC, assinado pelo ministro interino, Henrique Meirelles, quando enviado ao Congresso, é uma pérola. Deve ser lido porque é profundamente ideológico, para não dizer cínico. Notem que o ex-presidente do Banco Central de 2003 a 2010, atual ministro da Fazenda, diz que essa PEC é o único caminho para a recuperação da confiança. Esse único caminho já mostra o compromisso democrático do governo interino: só existe essa saída, recuperar a confiança. Quando recuperar a confiança, recuperará a capacidade de a economia crescer, gerar renda e emprego.

Um cientista político escocês, que ficou muito famoso com o livro que escreveu sobre austeridade, gosta de dar um exemplo. A situação é a seguinte: o desemprego está “bombando”, a renda está caindo, você acorda um dia de manhã e perdeu o emprego, sua companheira também perdeu o emprego, você olha para ela na cama e fala assim: “Olha, hoje nós vamos gastar porque o governo cortou os gastos, e eventualmente lá na frente vão cair os impostos, então, mesmo que estejamos sem emprego, sem renda, quebrados, vamos começar a consumir como loucos, daí, é claro, vão cair os estoques das empresas, que por sua vez vão começar a investir também”. Não parece que as pessoas se comportam bem assim, mas todo esse papo de confiança é uma crença um pouco nessa história.

Outro detalhe importante na PEC 241 é que, além de colocar esse teto para o gasto total, ela desvincula os gastos de saúde e educação. Na Constituição, os gastos de saúde estão vinculados – o gasto da União em saúde está vinculado a 15% da receita corrente líquida; educação, a 18% na União e, nos estados e municípios, a 25% no mínimo da receita. Esse é o piso de gasto com saúde e educação. A PEC revoga esses limites. O limite que passa a valer pelos próximos vinte anos é quanto foi gasto com saúde e educação em 2016, atualizado pela inflação.

O gasto total a Previdência vai subindo. Mesmo que ela seja reformada profundamente, não há como não subir. Não estamos com perspectiva de crescer tão cedo, mas, nas regras atuais, toda vez que a economia crescer, cresce o produto percentual do PIB investido em educação e saúde. Se ficarmos na vinculação da PEC, esse valor cai, não fica estável, para de crescer, cai o percentual do PIB com gasto com educação e saúde.

O texto da exposição de motivos da PEC mostra como eles estão antenados com a realidade. Em um momento, eles dizem assim na exposição de motivos de Henrique Meirelles e Diogo Oliveira: “Numa perspectiva social, a implementação dessa medida alavancará a capacidade da economia de gerar empregos e renda, bem como estimulará a aplicação mais eficiente dos recursos públicos. Contribuirá, portanto, para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs brasileiro [sic]. [...] [Essa medida] levará a uma queda substancial da despesa primária do governo central como porcentagem do PIB”. Como vai melhorar muito a qualidade de vida da população, gerar crescimento, emprego e renda se vai diminuir substancialmente o percentual do PIB da despesa primária do governo?

Parece estranho acreditar que talvez funcione a fantasia de confiar que, quando o governo anunciar que cortou os gastos, as pessoas vão sair loucamente para consumir e investir.

A situação fiscal supostamente deteriorada que estamos vendo hoje, a queda do superávit primário de 3% para um déficit de 1% do PIB nos últimos cinco anos, foi porque a receita despençou, porque a atividade diminuiu, a atividade desacelerou, o crescimento da economia, do PIB, desacelerou.

Vamos agora derrubar mais atividade, mais economia, mais o PIB, cortando gasto, achando que a receita vai ficar parada? Não vai, provavelmente não vai. Pior ainda: a gente gera essa baita recessão, sai capital do Brasil, desvaloriza o câmbio, sobe a inflação, o Banco Central sobe os juros, aumenta a conta de juros que nós temos de pagar, o teto é para gasto primário, não cabe nenhum serviço público, não cabe saúde, não cabe educação, não cabe transporte, mas cabe o serviço da dívida – esse serviço é sempre bom a gente pagar. Sobem os juros, sobe a conta de juros, cresce ainda mais o endividamento. Essa é a história que vimos sob a gestão Levy e que tende a se aprofundar.

Levy foi muito funcional para eles nesse sentido, pois legitimou, do ponto de vista do discurso público, os economistas de direita e a ideia de que o ajuste de curto prazo não dá, não tem mais espaço. Levy já tentou, já cortou 40% do investimento público em um ano, e não funcionou, porque a receita cai mais ainda. Nós temos de fazer um ajuste estrutural.

Não vai dar mais para fazermos um ajuste de curto prazo. Vamos fazer déficit de uns R\$ 170 bilhões este ano, R\$ 160 bilhões ano que vem. O resultado primário de curto prazo não vai melhorar, mas o que vamos fazer? Cortamos direitos na Previdência, eventualmente reduzimos a educação e a saúde pública... Os ministros interinos desse governo, logo nos primeiros dias, mostraram aquele festival de barbaridades, de acabar com essa história de não pagar o SUS, de não pagar a educação pública... Já começaram a anunciar todas essas coisas, que têm de voltar a privatizar.

O ajuste fiscal sai de pauta como um ajuste efetivo de resolver o problema do endividamento público a curto prazo e entra em pauta uma redução do papel no Estado. Uma ofensiva contra a política de redistribuição de renda – no fundo é isso que estamos vendo.

Uma parte importante disso é o efeito sobre a desigualdade. Por muito tempo vimos os últimos treze anos, digamos, desde 2003, como um período de histórica e inédita redução de desigualdades. Tínhamos os dados um pouco limitados para medir isso, mas de fato parece que houve uma compressão da disparidade salarial na base da sociedade muito grande, uma queda da desigualdade salarial significativa.

Desde 2014, porém, temos dados de imposto de renda para recalculer a desigualdade, que é como vários economistas, como Thomas Piketty, têm feito no mundo inteiro. Esse cálculo para o Brasil mostra que, pelo menos entre 2006 e 2012, o percentual da renda apropriado pelo 1% mais rico é tão grande, tão estável, que índices sintéticos de desigualdade, como índice de Gini, não caem se você recalculer com base em dados de imposto de renda, mesmo entre 2006 e 2012.

Então houve alguma queda da desigualdade salarial, mas não da desigualdade total. Essa queda da desigualdade social se fez em grande medida pelo mercado de trabalho, com a política de valorização do salário mínimo, o Bolsa Família, a geração de um monte de empregos formais de baixíssima remuneração, que tiraram uma população imensa da informalidade e trouxeram para a formalidade; portanto, comprimiu um pouco a desigualdade salarial.

Os economistas convencionais, economistas liberais, tendem a pensar que a desigualdade vem do que eles chamam de capital humano. Para acabar com a desigualdade, é preciso acabar com a desigualdade educacional e de saúde. Sabemos que não é assim, como em parte aconteceu nos últimos treze anos. O governo pode expandir maciçamente o acesso ao ensino

superior para um monte de gente que não tinha acesso antes; essas pessoas se formam, conseguem seu diploma de curso superior, mas não conseguem sair de seu emprego de caixa de supermercado, operador de telemarketing e de serviços de baixa remuneração.

É preciso mudar a estrutura produtiva e gerar empregos que paguem mais, ao mesmo tempo que se reduz a desigualdade de educação e saúde. O problema não é só acabar com o mundo de desemprego que esse modelo está gerando, mas, ao mesmo tempo, acabar com o financiamento da educação e da saúde pública, a educação e a saúde que atendem mais de três quartos da população brasileira. É menos de um quarto da população que vai para a escola privada, que tem plano de saúde. Aí aumenta mais ainda o fosso que separa os mais ricos dos mais pobres.

Não basta equilibrar a educação e a saúde públicas com a educação e a saúde da elite para acabar com a desigualdade, mas se ampliar essa disparidade vai ser ainda mais difícil as pessoas conseguirem salários mais próximos das pessoas mais ricas, e a desigualdade só se aprofunda.

A história que estamos vivendo é a história menos de um ajuste fiscal e menos de austeridade, e mais uma ofensiva de políticas contra a redistribuição de renda.

A PEC 241, que cria esse teto para o gasto social, inviabiliza a universalização da educação e da saúde, e impõe uma reforma da Previdência superprofunda. O próximo passo vai ser privatizar em parte esses serviços públicos, começar a cobrar por eles. Entramos no que se chama de paradoxo da redistribuição. É interessante isso porque uma parte do argumento dessa turma é construída justamente como se fosse contra a desigualdade – “temos de cobrar mensalidade nas universidades públicas porque elas só atendem a elite, que tem condições de pagar, então eles têm de pagar porque estão tirando a vaga de quem é pobre, de quem realmente precisa”.

Qual é o problema dessa história? Quanto

mais focalizado for o gasto público nas pessoas mais pobres, mais se corrói a legitimidade do sistema tributário. Reforça-se o argumento, muito comum no Brasil, de que “estou pagando tudo isso, mas não recebo nada em troca”. Claro, o gasto público está indo só para as pessoas que não pagam imposto direto, mas pagam um monte de imposto, daí isso pressiona para baixo a carga tributária e reduz o gasto público mais focalizado.

Os países que conseguem distribuir mais renda com fundo público, tanto com sistema tributário quanto com gastos públicos, são os escandinavos, que têm os gastos públicos menos focalizados se comparados com os outros países, que têm sistemas de saúde e educação completamente universalizados, sem cobrar de ninguém, justamente para permitir que haja legitimidade no sistema tributário, que o Estado consiga tributar uma parte substancial da riqueza produzida pela sociedade, portanto, consiga redistribuir renda.

O próprio Piketty, que é um economista até bem convencional, questiona o motivo de cobrar mensalidade em universidade pública. É preciso redistribuir renda direto, tributando, não redistribuir indiretamente via cobrança de mensalidade, o que traz mais um monte de problemas.

Então o paradoxo da redistribuição que está por trás dessa PEC – de que seria justo começar a cobrar dos mais ricos e focar os gastos com os mais pobres – tende a aprofundar ainda mais os problemas fiscais do Estado brasileiro, pressionar ainda mais para baixo a carga tributária e diminuir ainda mais a capacidade do Estado de gerar redistribuição.

Eu acho que as políticas desse governo interino ilegítimo vão nos fazer sentir saudades de Fernando Henrique e do FMI. É bem pior – não que o anterior fosse bom, mas enfim... Minha provocação aqui é a seguinte: o debate não é Estado contra mercado, não é desenvolvimentismo contra neoliberalismo, ou não deveria ser. Por quê? Porque o Estado

que vamos defender tem de ser um Estado específico, não qualquer Estado. O Estado brasileiro é também o Estado que extermina a juventude preta e pobre nas periferias de nossas metrópoles. Não é esse Estado que defendemos. O debate que temos de fazer agora não é Estado *versus* mercado, mas democracia *versus* autoritarismo.

Os economistas neoliberais criminalizam a atividade política e falam que o Estado é só distorção, que o único jeito de termos uma sociedade livre é pelo mercado; é um discurso liberal voltando com força, que conecta mercado e democracia como se fossem a mesma coisa.

Sabemos que mercado é antônimo de democracia; mercado que capitaliza é contraditório com democracia. O mercado é o poder da grana, é o poder do dinheiro, não é o poder do voto. Precisamos preservar minimamente a capacidade do Estado brasileiro porque precisamos preservar essa capacidade para eventualmente, quando superarmos esse governo interino e ilegítimo, termos uma capacidade pública de ação de redistribuição de renda, de regulação do mercado, de contenção das patologias geradas pela economia de mercado. Precisamos dessa capacidade, impedindo que ela seja desmontada, como em grande medida foi entre 1995 e 2002.

Também precisamos dar um passo além, porque em parte os limites da experiência que vimos nos últimos treze anos são limites democráticos; em parte avançamos muito pouco em termos de redução das desigualdades, porque conseguimos fazer o que dava para fazer nas franjas, no pragmatismo da política econômica entre 2003 e 2010, sem aumentar a porosidade do Estado para transformar a correlação de forças efetivamente e conseguir entrar no centro da questão distributiva que é o sistema tributário.

Não conseguimos mexer no sistema tributário; redistribuímos renda com o que dava, que

era o salário mínimo, superimportante, mas precisamos mexer no sistema tributário. É uma vergonha que a distribuição de lucros e dividendos seja isenta de impostos desde 1995, gerando uma distorção brutal na distribuição de renda no país.

Fingimos no Brasil que não existe herança e doação, então não tributamos. Tributamos em média 4% de herança e doação. Temos um sistema tributário hiper-regressivo, que depende imensamente de imposto indireto sobre consumo de bens e serviços e muito pouco de imposto direto.

Temos de mexer nessas coisas, buscar construir um Estado mais democrático, mudar a correlação de forças para conseguirmos dar mais controle social e porosidade para o aparato público, para que consigamos fazer uma política industrial que mude a estrutura produtiva.

Pelo que parece, no governo Lula e mesmo no primeiro governo Dilma, mesmo com gente que entende de indústria e política industrial no governo, com um monte de recursos no BNDES, não tivemos capacidade de transformar a estrutura produtiva para reinserir a economia brasileira na economia internacional e dar uma capacidade sustentada de crescimento para nossa economia. Simplesmente mantivemos vivo o que havia, dando um canal de sobrevivência para a estrutura produtiva que herdamos do passado, já muito desmontada, muito pouco competitiva.

Então os limites dos governos Lula, do que avançamos, do pouco que avançamos, são limites democráticos. A construção de uma alternativa ao governo Temer tem de ser a construção com democracia, e não o combate ao neoliberalismo que fazíamos na época do governo FHC.

Uma parte dessa resistência já começou, porque no fundo é de ajuste fiscal que se trata quando o governador Alckmin tenta fazer a reorganização escolar, a qual foi barrada pelos estudantes de baixo para cima.

É de ajuste fiscal e resistência democrática que se trata quando o governo ilegítimo e inte-

rino de Temer extingue o Ministério da Cultura e se confronta com a resistência de baixo para cima de um monte de coletivos de artistas, a Frente Nacional de Teatro, de um monte de grupos que ocupou a sede do Ministério da Cultura pelo Brasil afora. Eles conseguiram resistir a isso. É esse tipo de resistência popular que estamos vendo.

Ainda que a legitimidade social do governo Fernando Henrique pudesse ser muito questionada, esse governo veio com força eleitoral para implementar o projeto liberal. O atual governo é sem voto, não tem nem legitimidade eleitoral, quiçá social, por isso é muito difícil pensar que um governo como esse vá conseguir, sem um profundo conflito social e sem mobilização social, transformar a Constituição Federal do Brasil tão brutalmente com uma PEC como essa e mudar completamente a relação de Estado e sociedade no país.

Vai haver muito conflito, e se eles conseguirem fazer algo desse tipo vai ser com maior autoritarismo, com maior fechamento democrático, com mais repressão. O governo Alckmin tenta crescentemente criminalizar os estudantes secundaristas que estão se mobilizando contra ele e passou esse *know-how* para o governo federal junto com seu secretário de Segurança Pública, que virou ministro da Justiça.

É disso que se trata, não é neoliberalismo contra desenvolvimentismo, é autoritarismo contra democracia.

Se vamos conseguir resistir a esse governo interino e ilegítimo, se nossa democracia vai, por mais limitada que seja, aos trancos e barrancos, sobreviver a esse trauma que estamos vivendo, vai ser construindo de baixo para cima uma resistência a esse governo e a essas medidas trágicas, para que de baixo para cima possamos construir um país mais justo, mais democrático do que este que pudemos hoje construir nos limites da democracia super-restrita e não substancialmente ampliada, utilizados pelos governos Lula e Dilma.

RESPOSTAS DA MESA AOS QUESTIONAMENTOS DA PLENÁRIA

JOÃO: Os gastos com as despesas com juros podem continuar aumentando livremente. Essa na verdade é a essência dessa PEC – reduzir gastos primários com educação, saúde etc. –, para aumentar os gastos com pagamento de juros e outras operações relacionadas à dívida pública, que me parece que é uma obsessão desse campo que governa e seus apoiadores.

Eu gosto muito do exercício de olhar para trás. Em 2005, por exemplo, qual era o orçamento da educação e qual seria em 2015 esse mesmo orçamento? Nosso gasto em educação foi de R\$ 103 bilhões em 2015. Se tivéssemos adotado essa PEC em 2006, o gasto em educação em 2015 teria sido R\$ 36 bilhões, ou seja, uma perda de mais ou menos 70% no orçamento em dez anos. Em saúde, o gasto em 2015 foi de R\$ 102,1 bilhões; com a PEC 241 aplicada, a conta do gasto nesse ano chegaria a R\$ 65 bilhões, uma perda de R\$ 36,9 bilhões.

Vale a pena fazer essa continha para mostrar qual seria o orçamento em 2015 se essa PEC tivesse sido adotada em 2006. Assim, para a cultura, os pontos de cultura não existiriam; para a educação, as universidades que foram criadas não existiriam; para assistência social – aliás, faltou valorizar as medidas a partir de 2011 –, uma que foi extraordinária foi o Mais Médicos; na verdade, foi a única e foi extraordinária. Não teríamos mais médicos, por exemplo.

Eu penso que o modelo desse governo atual pescou o que há de pior em três momentos históricos brasileiros. Primeiro, a ideia de poder crescer, mas com arrocho salarial, portanto, concentração de renda, que foi o que aconteceu no período da ditadura. Nós não temos

de falar em crescimento, e sim em crescimento com distribuição de renda. O arrocho salarial é para diminuir o custo dos empresários e para que estes possam fazer um fundo para investimento com base na folha salarial. Do período Fernando Henrique pescaram a ideia de que o que é público é sempre ineficiente, que o setor privado é mais eficaz do que o setor público, que o mercado é superior ao Estado. Estão aí todas as variantes que sustentam as privatizações e concessões. No período Fernando Henrique era Estado versus mercado, público versus privado. Da experiência recente europeia pegaram a ideia de sequestro do orçamento e regressão de direitos sociais e trabalhistas. A ideia foi aplicada recentemente na Espanha, na Grécia etc. Então eu acho que esse é o tripé do modelo econômico social desse governo.

Uma última palavra: o governo tinha realizado um grande salto social, que abriu o caminho para o desenvolvimento, de 2007/2006 a 2010. Então, a partir de 2011, tínhamos de consolidar o desenvolvimento, o que necessariamente levaria ao enfrentamento – esse exemplo que eu dei do Mais Médicos era isso, um grande avanço na área da saúde, mas um grande enfrentamento. Isso valeria para os transportes, para o saneamento, a educação etc. Era o momento de avançar no desenvolvimento, que, a partir daquele momento, era um desenvolvimento com enfrentamento.

FERNANDO: A questão das alternativas, essa parte é difícil, é mais fácil criticar. A primeira coisa que é preciso perguntar para a população de forma geral é a quem serve esse governo.

Por que aceitamos como dado que o principal problema do Brasil é o problema fiscal, e não o problema da desigualdade, do desemprego, da violência policial? Por que é o problema fiscal?

Ainda que o problema fiscal seja um problema, há várias coisas que poderiam ser feitas. Primeiro, uma reforma tributária que tornasse nosso sistema tributário muito mais justo, nossos impostos diretos mais progressivos e nosso sistema tributário mais dependente de imposto direto e menos de imposto indireto. A mais relevante é reinstaurar imposto sobre lucros e dividendos – isso é mais urgente –; aumentar tributação sobre herança e doações também ajuda, assim como aumentar a progressividade do imposto de renda; taxar as grandes fortunas tem um efeito simbólico importante. Várias coisas têm efeitos importantes.

Uma reforma tributária não só permitiria recuperar um pouco a capacidade de arrecadação do Estado, como também poderia dar um choque de competitividade para a economia. Ao mesmo tempo que você começa a tributar mais os ricos, você pode começar a tributar menos o consumo.

É comum o argumento da elite brasileira de que no Brasil tudo é caro, então a gente tem de ir para Miami comprar. Uma das diferenças importantes entre os preços no Brasil e nos Estados Unidos é que lá eles pagam um monte de impostos diretos: a alíquota máxima de imposto de renda é 40%; a nossa é 27,5%. É claro, eles tributam menos o consumo; nós temos de tributar muito mais porque não tributamos direto a renda e o patrimônio da população.

Uma reforma tributária não só melhora a capacidade de arrecadação do Estado, como pode dar um choque de competitividade, gerar emprego e renda. Essa, sim, é uma reforma que pode trazer várias coisas positivas. O difícil é que há até uma parte dos economistas convencionais que concorda com a gente, aí é bloqueio de rico mesmo, não é só de economista liberal.

Agora existe outra tarefa mais difícil para começarmos a ser mais honestos com nós mesmos: recuperar a Petrobras. Dez por cento de todo o investimento na economia brasileira era feito pela Petrobras, a qual está com um plano de desinvestimento de dez anos, ou seja, enquanto não conseguirmos recuperar a Petrobras, estaremos lascados. O problema da Petrobras é a corrupção? Não. É gravíssimo o problema da corrupção na Petrobras, é um absurdo que tem que ser julgado até o fim, mas basicamente foi o que aconteceu com o grosso das empresas petrolíferas do mundo inteiro é que investiram quando o barril estava US\$ 150, e depois esse valor desceu para US\$ 30. Daí todas ficaram no vermelho. Temos de fazer uma coisa com a Petrobras: assim como o governo Lula tentou usar a Petrobras como um dos principais instrumentos de política industrial para recriar toda uma cadeia produtiva no setor de óleo e gás, no setor de construção naval, essas coisas, talvez uma saída seja colocar todo o poder ou uma parte muito grande do poder de fogo da Petrobras em investimento e energia renovável moderna. Enquanto não resolvermos o problema financeiro da Petrobras a curto prazo, teremos um problema grave para recuperar o crescimento. O básico que tem de ser falado é o seguinte: essa política de ajuste não resolve a questão.

Agora vamos falar um pouco de democracia. A queda da taxa de juros promovida pelo governo Dilma entre 2011 e 2013 é chamada batalha dos spreads. Ela usou os bancos públicos para ir para cima dos *spreads* dos bancos privados. Isso, de fato, não tem grande impacto sobre investimento privado e não teria grande efeito sobre crescimento, mas tem um impacto distributivo muito grande, abre muito espaço no orçamento público por reduzir a conta de juros e permitir a expansão de serviço público. Portanto, abaixar os juros e também abaixar o *spread* é muito importante. O problema é que isso foi feito de forma tecnocrática, de cima, sem

aumentar a porosidade do Estado brasileiro para gerar correlação de forças, que daí foi derrotado, é claro.

A tarefa é democrática. Temos de refazer a batalha do *spread*, refazer os juros, não como a pauta da Fiesp, porque isso foi de fato parte de uma política do programa Fiesp implementado pelo governo Dilma, que terminou em pato. Não como o programa da Fiesp, mas por seu sentido redistributivo.

Precisamos reivindicar a batalha do *spread* e a redução dos juros, realizadas em 2011 e 2013 como algo positivo, só que agora isso deve ser feito em condições democráticas, e não tecnocráticas, de cima para baixo. Aí pode funcionar.

O que a Lava Jato fez, com todos os seus méritos, foi desorganizar uma parte muito grande do setor produtivo brasileiro; derrubou muito investimento. Então a parte da crise política é muito determinante também na crise econômica.

Essa crise política nada mais é do que uma crise de hegemonia, perdida pelos projetos dos governos do PT. O governo PT já tinha perdido a juventude e parte grande dos movimentos populares, dos que estavam surgindo de baixo havia muito tempo. E essa crise de hegemonia vai se aprofundar, não vai terminar nesse impeachment atual. A crise econômica não vai se resolver só com a mudança da política econômica. Temos de resolver a crise política, e o impeachment, todos nós sabemos, não foi a solução da crise política, mas seu aprofundamento.

PEDRO: Quero saudar os movimentos aqui presentes: Política Econômica da Maioria, aqui representada pelo Dimitre, e Democracia na Real, da Ana e da Carol. Acho muito importante esse tipo de movimento. No que eu puder contribuir, participar com minhas limitações, estou à disposição.

Geralmente os economistas têm problemas na comunicação porque falam uma língua particular, então é muito fácil traduzir em uma

linguagem para leigo. A gente tenta, mas nem sempre consegue.

O que é austeridade? Defini aqui como um conjunto de políticas de ajuste para restaurar a competitividade da economia por meio de redução de salários e gastos públicos. Austeridade não é só a curto prazo, não é só o ajuste, é um projeto estrutural também. Como a gente traz isso?

É basicamente reduzir salários e benefícios sociais. Os serviços gratuitos que você usa serão cortados, seu salário será cortado. A austeridade é desemprego, é dinheiro para rico, é um modelo de sociedade individualista, em detrimento do modelo de sociedade solidário posto na Constituição de 1988. Austeridade é o caminho para as privatizações, para o desmonte do Estado social. E é isso que temos de combater e evidentemente discutir e espalhar esse tipo de mensagem.

Lutar contra a austeridade é fazer a defesa absoluta dos direitos trabalhistas e da Constituição de 1988, que é o que abriga esse pacto social solidário que está sob ataque e será substituído, se tudo acontecer conforme está sendo proposto, por um pacto individualista.

Eu acho que essa que é a mensagem. A austeridade só se impõe por meio do autoritarismo, porque a Constituição de 1988 passou pelo crivo das urnas, nas últimas eleições. Ela foi ratificada. Nenhum candidato chegou e falou que iria colocar menos saúde, menos educação, que iria acabar com a universalidade desses direitos sociais. Nenhum candidato disse: “No meu governo, o Estado não terá mais deveres e vocês não terão mais direitos”. Então, só um governo ilegítimo de fato pode fazer esse tipo de reforma. Essas reformas não passariam nas urnas e não passarão, acredito eu.

Austeridade refere-se à distribuição de renda; é uma opção política da sociedade, não um tema técnico. Os economistas estão querendo fazer toda uma maquiagem dizendo que é um tema técnico, mas não é. Falar que não há saída

a não ser a austeridade é um absurdo que deve ser combatido.

Quem ganha com esse projeto sociedade? Quem não quer financiar um Estado social, quem não quer pagar imposto, quem não é solidário, quem quer um pacto individualista.

Na verdade, ganha o neoliberalismo. O neoliberalismo é concorrente, competidor, do Estado social. Ele briga por espaços. O Estado social está ocupando um espaço que poderia ter sido ocupado pela acumulação de lucros de determinado setor. Então são as empresas que querem abocanhar um setor da educação, um setor da saúde, e tornar esses espaços um espaço de acumulação de lucro, e não um espaço público.

O neoliberalismo é absolutamente contraditório com o Estado social. E digo mais: é contraditório com a democracia também. E quem perde nesse processo? Evidentemente perdem todos aqueles que dependem dos serviços públicos, perde a população mais necessitada, que perde direitos, perdem pessoas como eu, que não sou tão necessitado, mas sonho com uma sociedade muito melhor, mais justa, com uma oferta de bens públicos bem melhor do que temos aqui, uma sociedade solidária, ou seja, perdemos nós, os sonhadores, que queremos uma sociedade mais igualitária, mais justa, mais democrática. Muito obrigado.

FLAVIO: Acho que é importante compreender uma questão básica quando se fala de austeridade: o governo federal passa por uma necessidade tão grande assim, que levaria a sociedade a ter de escolher entre cortes?

Vocês se assustariam muito se eu dissesse que no fim de 2015, 31 de dezembro, o governo federal tinha R\$ 882 bilhões parados em caixa? Se eu pensar na dona de casa, é algo surrealista, porque tenho uma dívida e tenho dinheiro parado em casa, então por que não pago? Porque superávit não é feito para pagar dívida. Não é porque ele não dá conta, é porque ele não é

feito para isso. Superávit é uma garantia, não é para pagar. Quem tem R\$ 10 milhões de títulos aqui, quando vence, quer R\$ 12 milhões; não quer receber dinheiro, porque não tem como colocar dinheiro embaixo do colchão; quer a renda, e não receber a dívida.

A dona de casa faz dívida para consumir. O Estado faz por várias outras razões que não têm a ver com construção de escola, hospitais, estradas e ferrovias. Faz dívida porque precisa manter uma política monetária, cambial, por questões que não resultam em pagar a dívida.

Esses R\$ 880 bilhões que pararam em caixa são a soma de diversos superávits que vêm se fazendo. Esse dinheiro está parado no Tesouro. A dívida pública é um número que dá aproximadamente R\$ 4 trilhões. Se eu falasse para vocês que havia R\$ 882 bilhões cash, parados no Tesouro; havia R\$ 600 bilhões de crédito nos bancos públicos – o banco público emprestou para a indústria, para fundos constitucionais de desenvolvimento, BNDES, FAT... –; havia um monte de crédito ali parado, parado não, desculpe, produzindo, mas isso corresponde à dívida; e havia R\$ 1,5 trilhão de reservas que também ajudaram a construir essa dívida...

Quando eu olho essa realidade, me pergunto: qual é mesmo a complicação da dívida brasileira? Nenhuma. O Estado brasileiro não está no mesmo paralelo daqueles outros que nós vimos. Não aumentamos a dívida na crise, isso é importante compreender. Não estamos inventando um problema fiscal que coloque em oposição o Brasil ou a saúde, o Brasil ou a educação, isso não existe. Essa é a primeira compreensão que devemos ter para não acharmos que não há outro caminho; há muitos outros caminhos. O que há é uma ideologia, uma concentração de poder na mídia que não permite que o debate real aflore, aconteça.

Não é preciso haver alternativas para os cortes, pelo contrário, é necessário ter alternativas para a sociedade. Não é pelos cortes, é qual

sociedade queremos. Essa é a alternativa que temos de discutir.

Como fazer esse projeto político se os agentes econômicos não querem? A primeira coisa é acabar com essa ideia de atender ao mercado. Quem elege é o povo, não o capital. Não é por isso que acabamos com o financiamento privado nas campanhas? Não foi esse o principal argumento? Capital não pode eleger deputado porque capital não tem cidadania, não é cidadão, literalmente não é eleitor, embora seja o grande eleitor, mas não deveria.

Temos de construir essa política econômica da maioria, construir um projeto que tenha como beneficiário a maioria, e não isso que está acontecendo.

O que está em discussão aqui é como construir um orçamento sem povo. Todas as questões ficam literalmente fora do orçamento; o orçamento acaba do ponto de vista da saúde, educação, infraestrutura. Acho que é importante localizar que esse é o modelo.

Vai haver resistência, mas vai haver muita repressão e alguma coisa dessas vencendo, porque essa agenda, esse golpe não é na Dilma, e sim nos direitos. O governo golpista tem dois anos para implementar o que nenhuma urna consegue decidir, e nós vamos fazer esse enfrentamento.

Existe um monopólio muito grande da mídia que interdita o debate. Estamos vivendo agora um momento muito pior do ponto de vista do discurso único do que vivemos durante o Fernando Henrique, muito pior do ponto de vista do que as pessoas estão pensando, acreditando, ouvindo, porque as pessoas estão considerando verdade o que vem da mídia.

Então a primeira questão é desconstruir esse senso comum, que é um desastre do ponto de vista do futuro. Toda uma geração nasceu sob o neoliberalismo, por isso é importante compreender por que isso limita as pessoas, como isso cresce nas pessoas, o individualismo.

Você é desempregado porque não estudou, porque não se esforçou. Não é um problema social, é um problema individual. Tudo vai virando problema individual, e não há solução coletiva, porque o problema é individual. Isso interfere na construção de alternativas, na capacidade de pensar, construir. É importante que a gente trabalhe essas ideias, faça debates como este, com outros, diversifique os debates, que a gente consiga construir o sonho e realmente resgatar a ideia de uma sociedade plural, solidária, que o debate sobre a desigualdade seja o centro do problema a ser enfrentado.

SILVIO: Em nome da Plataforma de Políticas Sociais, do *Le Monde Diplomatique Brasil*, do Fórum 21 e do Instituto Pólis, eu quero agradecer muito a Flávio, Pedro, João e Fernando a contribuição importante que deram. Agradeço a participação e a presença de todos. |

